

**RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE ITEM(NS) OU DO EDITAL**

Nº DA IMPUGNAÇÃO	IMPUGNANTE	RESULTADO - FUNDAMENTO
1308	ALDAIR SANTOS DA SILVA	<p>INDEFERIDO - Subitem 11.7. O recorrente sustenta, em síntese, que o item 11.7 do edital — ao vedar o porte de determinados objetos pessoais durante a realização da prova e ao prever eliminação caso a regra seja descumprida — violaria os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e isonomia. Alega tratar-se de inovação normativa sem respaldo legal e que tal cláusula seria inconstitucional.</p> <p>A Constituição Federal, em seu art. 37, caput, consagra o princípio da legalidade administrativa. Entretanto, é pacífico no Direito Administrativo que, desde que exista previsão legal para a realização do processo seletivo e para a definição de suas regras, a Administração detém competência para disciplinar, por meio de edital, as condições necessárias à segurança, isonomia e lisura da seleção.</p> <p>O edital é, por força de lei, o instrumento convocatório que estabelece as regras de participação, não sendo necessário que cada uma dessas regras esteja expressamente prevista em lei formal. Exige-se apenas que não contrariem a legislação, o que não ocorre no caso em exame.</p> <p>A legislação que rege seleções públicas — federal, estadual e municipal — confere à Administração poder regulamentar e de auto-organização para assegurar a integridade das avaliações, incluindo procedimentos de segurança. Tais medidas são usuais em processos seletivos e concursos públicos em todo o país, justamente para evitar fraudes, preservar a igualdade entre candidatos e garantir resultados válidos.</p> <p>Portanto, a vedação ao porte de determinados objetos durante a prova não cria obrigação ilegal, mas regula o ambiente de avaliação, sendo medida acessória e necessária para prevenir irregularidades.</p> <p>A equiparação do descumprimento dessa regra a tentativa de fraude também não configura inovação legislativa. Trata-se de sanção administrativa decorrente do princípio da vinculação ao edital: quem descumpra regra expressa do certame sujeita-se às consequências previamente estabelecidas, com fundamento no poder-dever da Administração de zelar pela lisura e segurança do processo seletivo.</p> <p>O item 11.7 foi redigido de forma proporcional, razoável e alinhada às melhores práticas de segurança adotadas nacionalmente. A restrição ao porte de aparelhos eletrônicos — a exemplo de celulares e chaves veiculares com componentes eletrônicos — visa evitar filmagens, gravações, transmissões simultâneas ou comunicações indevidas, reconhecidamente utilizadas em fraudes a concursos.</p> <p>A medida não é arbitrária nem excessiva, pois: I - é temporária: limita-se ao período de permanência no local de prova; II - é proporcional ao risco: dispositivos eletrônicos são, de fato, capazes de comprometer a lisura do certame, dada sua capacidade de armazenamento, transmissão de dados e comunicação externa e; III - é isonômica: aplica-se de forma igual a todos os candidatos.</p> <p>Quanto aos alegados impactos na locomoção, segurança pessoal e uso cotidiano do celular, registre-se que o edital não proíbe o candidato de portar tais objetos até o local de prova, mas apenas durante a realização da avaliação, devendo ser guardados conforme instruções da organização. Esta é prática consolidada em concursos públicos, inclusive de âmbito nacional, e não representa violação a direito fundamental.</p> <p>Assim, não procede a alegação de que a regra seria desproporcional ou que colocaria candidatos em situação de vulnerabilidade. O regulamento não impede deslocamento, não inviabiliza acesso ao local, nem interfere na vida civil, apenas controla o ambiente da sala de prova para impedir condutas que comprometam a integridade do certame.</p> <p>Também não há violação ao princípio da isonomia. Ao contrário: a exigência garante igualdade entre os participantes, evitando que alguns utilizem — ou possam utilizar — dispositivos que lhes confeririam vantagem indevida.</p> <p>Diante do exposto, não se verificam ilegalidades, inconstitucionalidades ou violações a princípios administrativos no item 11.7 do edital. A norma é legítima, razoável, proporcional e necessária para assegurar a segurança e a lisura do Processo Seletivo.</p>
1309	SAMARA DOS SANTOS SILVA	<p>INDEFERIDO - Anexo II - Conteúdo Programático para Prova Escrita Objetiva.</p> <p>Considerando que a Administração tem discricionariedade para estabelecer o perfil dos profissionais, conforme sua demanda e, para tanto definir conteúdos e critérios mínimos para avaliação. A exigência de conhecimentos não tem o objetivo de reproduzir integralmente a matriz formativa dos cursos de graduação. Ressalta-se, ainda, a natureza simplificada do certame e a necessidade de contemplar matérias mais específicas, destacando o conhecimento sobre a língua portuguesa como disciplina comum e essencial a todas as funções.</p>
1310	MARIA GABRIELA CARDOSO SOUSA	<p>INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.</p>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS - NUCEPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA – SEMEC
PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO
EDITAL SEMEC Nº 009/2025

RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE ITEM(NS) OU DO EDITAL

Nº DA IMPUGNAÇÃO	IMPUGNANTE	RESULTADO - FUNDAMENTO
1311	MARCOS VINÍCIUS ALVES MONTEIRO	INDEFERIDO - Item 3, Quadro 1. Todos os candidatos que alcançarem a pontuação mínima exigida nos Quadros 2, 3 e 4 do Edital que regulamenta o certame serão considerados classificados, integrando assim o cadastro de reserva.
1312	JULIANA MARTINS SOUSA	<p>INDEFERIDO - Item 1. A recorrente sustenta, em resumo, que o Processo Seletivo para contratação temporária violaria a prioridade do concurso público, geraria preterição de aprovados no concurso vigente, descumpriria a legislação de contratações temporárias e careceria de fundamentação adequada. Sustenta ainda suposta ausência de interesse público e contradições entre o edital e o termo de referência.</p> <p>Importa, inicialmente, destacar que concurso público (art. 37, II, da CF/88) e processo seletivo simplificado para contratação temporária (art. 37, IX, da CF/88) possuem naturezas jurídicas distintas, finalidades próprias e regimes legais completamente diferentes.</p> <p>O concurso público tem por finalidade o provimento de cargos efetivos, de caráter permanente. O processo seletivo simplificado serve exclusivamente para contratação por tempo determinado, destinada a suprir necessidades excepcionais, temporárias e transitórias, jamais para ocupação definitiva de cargos.</p> <p>A Constituição autoriza expressamente esse segundo modelo, deixando claro que ele não se confunde com concurso público e não concorre com ele, pois não objetiva o preenchimento de vagas permanentes. Assim, não há hierarquia entre concurso e processo seletivo, mas sim competências e finalidades diversas, ambas constitucionalmente válidas.</p> <p>Ademais, outra premissa equivocada do recurso é afirmar que a contratação temporária pretere candidatos aprovados no concurso vigente. A preterição só ocorreria, se porventura houvesse vaga permanente, existência de candidato aprovado e, ainda assim, a Administração contratasse servidores temporários para ocupar essa vaga permanente, substituindo indevidamente o concursado.</p> <p>O edital do Processo Seletivo estabelece claramente que a contratação temporária destina-se exclusivamente a suprir ausências transitórias previstas em lei, tais como: licenças médicas, licença-maternidade, licença para capacitação, afastamento para mandato classista, afastamentos legais temporários, entre outras hipóteses de vacâncias não permanentes.</p> <p>Tais situações não geram cargo vago definitivo, não autorizam nomeação de candidato aprovado e, portanto, não configuram preterição. Os temporários não substituem efetivos em vagas permanentes — apenas garantem continuidade do serviço público durante afastamentos transitórios. Esta é, precisamente, a finalidade constitucional do art. 37, inciso IX.</p> <p>O concurso homologado segue seu curso normal e os aprovados serão convocados para ocupação de cargos efetivos, conforme disponibilidade de vagas de caráter permanente e disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Pública. Não há qualquer conflito entre as seleções.</p> <p>Por fim, o Tema 784 do STF trata da ilegalidade da contratação temporária para ocupar vagas permanentes quando houver concurso válido com aprovados aguardando nomeação. Não se aplica ao caso. O Processo Seletivo ora analisado não se destina ao provimento de cargos permanentes, mas apenas ao preenchimento de necessidades transitórias e não geradoras de cargo vago definitivo. Assim, não há preterição, e o entendimento do STF permanece integralmente observado.</p> <p>Assim, INDEFERE-SE a impugnação apresentada, mantendo-se integralmente o conteúdo do edital.</p>
1313	LUANA PEREIRA DA SILVA	INDEFERIDO - Anexo I – Cronograma de Execução. Alteração da data prevista para realização da Prova Escrita Objetiva. Motivação pessoal. Discricionariedade e conveniência da Administração Pública.
1314	ALICE DOS SANTOS RODRIGUES	INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.
1315	KAMILLA LETICIA ALBUQUERQUE FERREIRA NUNES DOS SANTOS	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1316	FRANCISCO AGUIAR DA SILVA JUNIOR	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1317	TAIS CRISTINA DOS SANTOS MASCARENHAS	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS - NUCEPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA – SEMEC
PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO
EDITAL SEMEC Nº 009/2025

RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE ITEM(NS) OU DO EDITAL

Nº DA IMPUGNAÇÃO	IMPUGNANTE	RESULTADO - FUNDAMENTO
1318	MEIRILANY FERREIRA LIMA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1319	MEIRILANY FERREIRA LIMA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1320	MARIA DO CARMO CARVALHO MACHADO	INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.
1321	ANDRE JACKSON RODRIGUES	INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.
1322	THIAGO SOUZA DA SILVA	INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.
1323	RAY CHARLES SOARES DE ARAUJO	INDEFERIDO - Item 3, Quadro 1. Considerando que as Licenciaturas, pela sua natureza, são cursos voltados para o exercício da docência; conforme, preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no seu art. 62; enquanto os cursos de Bacharelados se destinam à formação técnica sem habilitação prioritária para esse exercício.
1324	ALVERLANY DA COSTA GOMES	INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.
1325	ROMÁRIO DA SILVA DAMIÃO	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.



RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE ITEM(NS) OU DO EDITAL

Nº DA IMPUGNAÇÃO	IMPUGNANTE	RESULTADO - FUNDAMENTO
1326	KARINE LIMA DE OLIVEIRA	<p>INDEFERIDO - Subitem 11.7. O recorrente sustenta, em síntese, que o item 11.7 do edital — ao vedar o porte de determinados objetos pessoais durante a realização da prova e ao prever eliminação caso a regra seja descumprida — violaria os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e isonomia. Alega tratar-se de inovação normativa sem respaldo legal e que tal cláusula seria inconstitucional.</p> <p>A Constituição Federal, em seu art. 37, caput, consagra o princípio da legalidade administrativa. Entretanto, é pacífico no Direito Administrativo que, desde que exista previsão legal para a realização do processo seletivo e para a definição de suas regras, a Administração detém competência para disciplinar, por meio de edital, as condições necessárias à segurança, isonomia e lisura da seleção.</p> <p>O edital é, por força de lei, o instrumento convocatório que estabelece as regras de participação, não sendo necessário que cada uma dessas regras esteja expressamente prevista em lei formal. Exige-se apenas que não contrariem a legislação, o que não ocorre no caso em exame.</p> <p>A legislação que rege seleções públicas — federal, estadual e municipal — confere à Administração poder regulamentar e de auto-organização para assegurar a integridade das avaliações, incluindo procedimentos de segurança. Tais medidas são usuais em processos seletivos e concursos públicos em todo o país, justamente para evitar fraudes, preservar a igualdade entre candidatos e garantir resultados válidos.</p> <p>Portanto, a vedação ao porte de determinados objetos durante a prova não cria obrigação ilegal, mas regula o ambiente de avaliação, sendo medida acessória e necessária para prevenir irregularidades.</p> <p>A equiparação do descumprimento dessa regra a tentativa de fraude também não configura inovação legislativa. Trata-se de sanção administrativa decorrente do princípio da vinculação ao edital: quem descumpra regra expressa do certame sujeita-se às consequências previamente estabelecidas, com fundamento no poder-dever da Administração de zelar pela lisura e segurança do processo seletivo.</p> <p>O item 11.7 foi redigido de forma proporcional, razoável e alinhada às melhores práticas de segurança adotadas nacionalmente. A restrição ao porte de aparelhos eletrônicos — a exemplo de celulares e chaves veiculares com componentes eletrônicos — visa evitar filmagens, gravações, transmissões simultâneas ou comunicações indevidas, reconhecidamente utilizadas em fraudes a concursos.</p> <p>A medida não é arbitrária nem excessiva, pois: I - é temporária: limita-se ao período de permanência no local de prova; II - é proporcional ao risco: dispositivos eletrônicos são, de fato, capazes de comprometer a lisura do certame, dada sua capacidade de armazenamento, transmissão de dados e comunicação externa e; III - é isonômica: aplica-se de forma igual a todos os candidatos.</p> <p>Quanto aos alegados impactos na locomoção, segurança pessoal e uso cotidiano do celular, registre-se que o edital não proíbe o candidato de portar tais objetos até o local de prova, mas apenas durante a realização da avaliação, devendo ser guardados conforme instruções da organização. Esta é prática consolidada em concursos públicos, inclusive de âmbito nacional, e não representa violação a direito fundamental.</p> <p>Assim, não procede a alegação de que a regra seria desproporcional ou que colocaria candidatos em situação de vulnerabilidade. O regulamento não impede deslocamento, não inviabiliza acesso ao local, nem interfere na vida civil, apenas controla o ambiente da sala de prova para impedir condutas que comprometam a integridade do certame.</p> <p>Também não há violação ao princípio da isonomia. Ao contrário: a exigência garante igualdade entre os participantes, evitando que alguns utilizem — ou possam utilizar — dispositivos que lhes confeririam vantagem indevida.</p> <p>Diante do exposto, não se verificam ilegalidades, inconstitucionalidades ou violações a princípios administrativos no item 11.7 do edital. A norma é legítima, razoável, proporcional e necessária para assegurar a segurança e a lisura do Processo Seletivo Simplificado.</p>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS - NUCEPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA – SEMEC
PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO
EDITAL SEMEC Nº 009/2025

RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE ITEM(NS) OU DO EDITAL

Nº DA IMPUGNAÇÃO	IMPUGNANTE	RESULTADO - FUNDAMENTO
1327	FRANCISCA VANIELDA DA CRUZ SILVA	<p>INDEFERIDO - Edital 009/2025. A recorrente sustenta, em resumo, que o Edital do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária foi omissa quanto à previsão de vagas específicas para profissionais que atuem no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e para profissionais de apoio, como monitores e intérpretes de LIBRAS. Sustenta ainda que essa omissão contraria o direito dos alunos com deficiência, assegurado por diversas normas constitucionais e infraconstitucionais, que garantem a educação inclusiva.</p> <p>Após análise do recurso apresentado, não se identificam irregularidades ou omissões no Edital nº 009/2025 capazes de justificar sua retificação.</p> <p>O objeto do presente Processo Seletivo Simplificado é exclusivamente a contratação temporária de professores, conforme definido no próprio edital. A inclusão de vagas destinadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) ou a profissionais de apoio — como monitores, auxiliares ou intérpretes de Libras — não se insere no escopo deste certame, razão pela qual sua ausência não caracteriza vício.</p> <p>Importante esclarecer que a Rede Municipal de Teresina já dispõe de profissionais de apoio à inclusão, incluindo Auxiliares de Apoio à Inclusão e Intérpretes de Libras, devidamente lotados para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Dessa forma, não há lacuna de atendimento que justifique a inclusão de tais funções neste edital específico.</p> <p>Ressalte-se que a organização do quadro de profissionais de apoio e a oferta do AEE seguem planejamento próprio da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a legislação vigente, não havendo qualquer afronta às normas constitucionais e infraconstitucionais mencionadas no recurso.</p> <p>Diante do exposto, INDEFERE-SE a impugnação apresentada, permanecendo inalterado o Edital nº 009/2025.</p>
1328	LEONARA DE SOUSA NASCIMENTO	INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.
1329	JOSAFÁ MOTA LIMA	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1330	LYS LOANNE MOTA RIBEIRO	INDEFERIDO - Subitem 7.2.2. Solicitação de atendimento especial conforme previsto na Lei nº 7.607, de 20/10/2021.
1331	JOSE LUIZ DASILVA FILHO	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1332	JOSE LUIZ DASILVA FILHO	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1333	JULIANA REIS LOPES	INDEFERIDO - Item 3, Quadro 1. Considerando que a Administração tem discricionariedade para estabelecer o perfil dos profissionais, conforme sua demanda e, para tanto definir conteúdos e critérios mínimos para contratação.
1334	JULIANA REIS LOPES	INDEFERIDO - Item 10, Quadro 4. Considerando que a Administração tem discricionariedade para estabelecer o perfil dos profissionais, conforme sua demanda e, para tanto definir conteúdos e critérios mínimos para avaliação. A exigência de conhecimentos não tem o objetivo de reproduzir integralmente a matriz formativa dos cursos de graduação. Ressalta-se, ainda, a natureza simplificada do certame e a necessidade de contemplar matérias mais específicas, destacando o conhecimento sobre a língua portuguesa como disciplina comum e essencial a todas as funções.
1335	CLÁUDIA DA SILVA GADEIA	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1336	ECLEZ DE SOUSA ROCHA JUNIOR	INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS - NUCEPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA – SEMEC
PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO
EDITAL SEMEC Nº 009/2025

RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE ITEM(NS) OU DO EDITAL

Nº DA IMPUGNAÇÃO	IMPUGNANTE	RESULTADO - FUNDAMENTO
1337	LYA FERREIRA DO NASCIMENTO	INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010. INDEFERIDO. Subitem 10.1. Considerando que a Administração tem discricionariedade para estabelecer o perfil dos profissionais, conforme sua demanda e, para tanto definir conteúdos e critérios mínimos para avaliação.
1338	JOÃO ALVES DA SILVA	INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.
1339	ERIKIANE APARECIDA DE SOUSA SILVA	INDEFERIDO - Item 10, Quadro 4. Considerando que a Administração tem discricionariedade para estabelecer o perfil dos profissionais, conforme sua demanda e, para tanto definir conteúdos e critérios mínimos para avaliação. A exigência de conhecimentos não tem o objetivo de reproduzir integralmente a matriz formativa dos cursos de graduação. Ressalta-se, ainda, a natureza simplificada do certame e a necessidade de contemplar matérias mais específicas, destacando o conhecimento sobre a língua portuguesa como disciplina comum e essencial a todas às funções.
1340	ERIKIANE APARECIDA DE SOUSA SILVA	INDEFERIDO - Subitem 11.7. Por motivo de segurança do certame. Candidato com o qual for constatada a posse de quaisquer dos itens citados no subitem 11.7 será ELIMINADO do Processo Seletivo, conforme subitem 11.7.2 do Edital.
1341	ANTÔNIA PAULA OLIVEIRA MONÇÃO	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.



RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE ITEM(NS) OU DO EDITAL

Nº DA IMPUGNAÇÃO	IMPUGNANTE	RESULTADO - FUNDAMENTO
1342	JAQUELINE FERREIRA SOUSA DE CASTRO	<p>INDEFERIDO - Subitem 11.7. O recorrente sustenta, em síntese, que o item 11.7 do edital — ao vedar o porte de determinados objetos pessoais durante a realização da prova e ao prever eliminação caso a regra seja descumprida — violaria os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e isonomia. Alega tratar-se de inovação normativa sem respaldo legal e que tal cláusula seria inconstitucional.</p> <p>A Constituição Federal, em seu art. 37, caput, consagra o princípio da legalidade administrativa. Entretanto, é pacífico no Direito Administrativo que, desde que exista previsão legal para a realização do processo seletivo e para a definição de suas regras, a Administração detém competência para disciplinar, por meio de edital, as condições necessárias à segurança, isonomia e lisura da seleção.</p> <p>O edital é, por força de lei, o instrumento convocatório que estabelece as regras de participação, não sendo necessário que cada uma dessas regras esteja expressamente prevista em lei formal. Exige-se apenas que não contrariem a legislação, o que não ocorre no caso em exame.</p> <p>A legislação que rege seleções públicas — federal, estadual e municipal — confere à Administração poder regulamentar e de auto-organização para assegurar a integridade das avaliações, incluindo procedimentos de segurança. Tais medidas são usuais em processos seletivos e concursos públicos em todo o país, justamente para evitar fraudes, preservar a igualdade entre candidatos e garantir resultados válidos.</p> <p>Portanto, a vedação ao porte de determinados objetos durante a prova não cria obrigação ilegal, mas regula o ambiente de avaliação, sendo medida acessória e necessária para prevenir irregularidades.</p> <p>A equiparação do descumprimento dessa regra a tentativa de fraude também não configura inovação legislativa. Trata-se de sanção administrativa decorrente do princípio da vinculação ao edital: quem descumpra regra expressa do certame sujeita-se às consequências previamente estabelecidas, com fundamento no poder-dever da Administração de zelar pela lisura e segurança do processo seletivo.</p> <p>O item 11.7 foi redigido de forma proporcional, razoável e alinhada às melhores práticas de segurança adotadas nacionalmente. A restrição ao porte de aparelhos eletrônicos — a exemplo de celulares e chaves veiculares com componentes eletrônicos — visa evitar filmagens, gravações, transmissões simultâneas ou comunicações indevidas, reconhecidamente utilizadas em fraudes a concursos.</p> <p>A medida não é arbitrária nem excessiva, pois: I - é temporária: limita-se ao período de permanência no local de prova; II - é proporcional ao risco: dispositivos eletrônicos são, de fato, capazes de comprometer a lisura do certame, dada sua capacidade de armazenamento, transmissão de dados e comunicação externa e; III - é isonômica: aplica-se de forma igual a todos os candidatos.</p> <p>Quanto aos alegados impactos na locomoção, segurança pessoal e uso cotidiano do celular, registre-se que o edital não proíbe o candidato de portar tais objetos até o local de prova, mas apenas durante a realização da avaliação, devendo ser guardados conforme instruções da organização. Esta é prática consolidada em concursos públicos, inclusive de âmbito nacional, e não representa violação a direito fundamental.</p> <p>Assim, não procede a alegação de que a regra seria desproporcional ou que colocaria candidatos em situação de vulnerabilidade. O regulamento não impede deslocamento, não inviabiliza acesso ao local, nem interfere na vida civil, apenas controla o ambiente da sala de prova para impedir condutas que comprometam a integridade do certame.</p> <p>Também não há violação ao princípio da isonomia. Ao contrário: a exigência garante igualdade entre os participantes, evitando que alguns utilizem — ou possam utilizar — dispositivos que lhes confeririam vantagem indevida.</p> <p>Diante do exposto, não se verificam ilegalidades, inconstitucionalidades ou violações a princípios administrativos no item 11.7 do edital. A norma é legítima, razoável, proporcional e necessária para assegurar a segurança e a lisura do Processo Seletivo.</p> <p>INDEFERIDO. Item 10, Quadros 2, 3 e 4. Considerando que a Administração tem discricionariedade para estabelecer o perfil dos profissionais, conforme sua demanda e, para tanto definir conteúdos e critérios mínimos para avaliação. A exigência de conhecimentos não tem o objetivo de reproduzir integralmente a matriz formativa dos cursos de graduação. Ressalta-se, ainda, a natureza simplificada do certame e a necessidade de contemplar matérias mais específicas, destacando o conhecimento sobre a língua portuguesa como disciplina comum e essencial a todas às funções.</p>
1343	VITÓRIA MENDES DE SOUSA	<p>INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.</p>
1344	ALBURINA FERREIRA DA COSTA MELO NETA	<p>INDEFERIDO - Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.</p>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS - NUCEPE
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA – SEMEC
PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR SUBSTITUTO
EDITAL SEMEC Nº 009/2025

RESULTADO DAS SOLICITAÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE ITEM(NS) OU DO EDITAL

Nº DA IMPUGNAÇÃO	IMPUGNANTE	RESULTADO - FUNDAMENTO
1345	ANTONIEL DOS SANTOS COSTA	INDEFERIDO - Anexo I – Cronograma de Execução. Alteração da data prevista para realização da Prova Escrita Objetiva. Motivação pessoal. Discricionariedade e conveniência da Administração Pública.
1346	ANDRESSA RAVENNA LIMA ROCHA	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1347	SINARA DE SOUSA LIMA	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1348	SINARA DE SOUSA LIMA	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1349	GILMARA SILVA DE SOUZA GOMES	INDEFERIDO - Edital 009/2025. O concurso homologado segue seu curso normal e os aprovados serão convocados para ocupação de cargos efetivos, conforme disponibilidade de vagas de caráter permanente e disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Pública. O Processo Seletivo Simplificado - Edital 009/2025 não se destina ao provimento de cargos permanentes, mas apenas ao preenchimento de necessidades transitórias e não geradoras de cargo vago definitivo. Assim, INDEFERE-SE a impugnação apresentada, mantendo-se integralmente o conteúdo do edital.
1350	ADRIANO CARVALHO BATISTA	INDEFERIDO - Item 3, Quadro 1. Considerando que o Edital 009/2025 já contempla a formação do professor de Ensino Religioso tanto licenciado em Teologia quanto em Ciências da Religião.
1351	MARILENE SOARES DE AMORIM	INDEFERIDO - Item 10, Quadro 4. Considerando que a Administração tem discricionariedade para estabelecer o perfil dos profissionais, conforme sua demanda e, para tanto definir conteúdos e critérios mínimos para avaliação. A exigência de conhecimentos não tem o objetivo de reproduzir integralmente a matriz formativa dos cursos de graduação. Ressalta-se, ainda, a natureza simplificada do certame e a necessidade de contemplar matérias mais específicas, destacando o conhecimento sobre a língua portuguesa como disciplina comum e essencial a todas as funções.
1352	RÔMULO PEDRO DA SILVA	INDEFERIDO - Recurso INDEFERIDO, considerando que a Administração tem discricionariedade para estabelecer o perfil dos profissionais, conforme sua demanda e, para tanto definir conteúdos e critérios mínimos para avaliação. A exigência de conhecimentos não tem o objetivo de reproduzir integralmente a matriz formativa dos cursos de graduação. Ressalta-se, ainda, a natureza simplificada do certame e a necessidade de contemplar matérias mais específicas, destacando o conhecimento sobre a língua portuguesa como disciplina comum e essencial a todas as funções.
1353	RAINARA SANTOS DA CONCEIÇÃO	INDEFERIDO - INDEFERIDO. Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.
1354	ADALGISA GOMES DE SOUSA SILVA	INDEFERIDO - NÃO CONHECIMENTO. Impugnação que não questiona item/subitem do Edital.
1355	ANA RAQUEL DE SOUSA RODRIGUES RAMOS	INDEFERIDO - INDEFERIDO. Item 5. Solicitações de isenção/desconto do pagamento da taxa de inscrição conforme Leis Municipais nº 4.295, de 20/06/2012, nº 5.825, de 22/11/2022; e nº 4.031, de 20/08/2010.
1356	LAYARA MARQUES DA SILVA	INDEFERIDO - Recurso INDEFERIDO, considerando que a Administração tem discricionariedade para estabelecer o perfil dos profissionais, conforme sua demanda e, para tanto definir conteúdos e critérios mínimos para avaliação.

Prof. Dr. Raimundo Isídio de Sousa
Diretor do Núcleo de Concursos e Promoção de Eventos – NUCEPE
Portaria nº 750/2023